

# Lula e o desenvolvimento da Amazônia

ROBERTO SMERALDI

*Jornalista, é diretor da Oscip — Amigos da Terra — Amazônia Brasileira*

O presidente da República sinaliza hoje aos governadores da Amazônia — no encontro de Rio Branco — a possível retomada de uma política de desenvolvimento regional. Curiosamente, o anúncio presidencial vem exatamente meio século depois da primeira experiência de planejamento econômico para a região, isto é, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), em 1953. Seis anos mais tarde, Celso Furtado sugeriria ao presidente Juscelino a criação de agências de fomento para o Nordeste e o Norte, aquilo que, no caso da Amazônia, seria depois a Sudam.

O modelo implantado pela Spvea e depois pela Sudam — esgotado na prática há muitos anos — foi formalmente extinto pelo presidente FHC em 2001. O mecanismo de financiamento de 1953 continua ainda hoje praticamente o mesmo (FNO), porém ficou órfão do modelo que o gerara. E nenhuma política pública substituiu

até agora o que sobra daquele modelo: um prédio semi-abandonado em Belém, um volume significativo de títulos podres do Finam e uma “Comissão Permanente de Apuração de Desvios”, por sinal criada há duas semanas.

Enquanto isso, o PIB da região representa apenas 6,5% do PIB nacional, isto é, a metade de sua participação populacional, que passa dos 12%. E esse indicador quantitativo ainda não faz jus à realidade, por ser amplamente relacionado com atividades que pouco contribuem para a renda e emprego locais, como a da grande mineração.

O presidente Lula está tentando hoje conquistar viabilidade política perante os governadores da região para uma retomada, em bases profundamente renovadas, do fomento ao desenvolvimento regional da Amazônia. Para evitar resistências a priori, está sendo relativamente genérico nas cinco diretrizes que deverão servir de rumo para a ação do Estado. Convocou para a tarefa sua mais qualificada e respeitada representante política regional, a ministra Marina Silva, que, por sua vez, afinou o discurso com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e com os demais mi-

nistros interessados, numa tentativa de estréia do conceito de transversalidade dentro do governo. A ministra apresentou o programa esta semana, em Brasília, para o setor privado, para a sociedade civil organizada e para o Banco Mundial, com boa recepção de todos os lados. O pacote, chamado de Amazônia Sustentável, nasce, portanto, com cacife significativo.

Suas diretrizes enfrentam as questões da produção sustentável com tecnologia, de um novo padrão de financiamento, do ordenamento territorial, da inclusão social e da infra-estrutura. Há também alentadoras medidas complementares anunciadas em paralelo, tais como o início de um processo, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de definição de um modelo de assentamento com cara de Amazônia, ou seja, baseado na valorização do recurso florestal em vez de no desmatamento.

A intenção e o discurso não apenas são louváveis, mas têm a incomum qualidade de ser bem recebidos por diferentes grupos sociais. A razão está na constatação que o anseio por uma política de desenvolvimento (qualquer)

que substitua o modelo extinto leva os interesses tradicionais a aceitar até os conceitos que ontem rejeitavam, como o da sustentabilidade social e ambiental.

Mas o teste de viabilidade e de implementação efetivamente “transversal” da nova política vai começar logo, até mesmo antes que ela tenha tempo de ser plenamente desenhada. Trata-se da elaboração do novo Plano Plurianual (PPA), cuja formulação tem de ser finalizada até agosto. No caso da Amazônia, todas as principais obras de infra-estrutura prevista no plano atual (que termina em dezembro) estão hoje embargadas pela Justiça, justamente por problemas socioambientais. E normalmente a definição do portfólio de obras de infra-estrutura da Amazônia é realizada pelos lobbies das grandes estatais. O Amazônia Sustentável terá, portanto, a chance de se firmar como uma histórica retomada de uma política de desenvolvimento regional na medida em que superará o teste do PPA, articulando o investimento público com o ordenamento territorial e colocando os dois ao serviço da geração de emprego e renda por meio da valorização do patrimônio ambiental.

Class.	173
Data	10/15/2005 Pg 19
Fonte	OSIP (Opiniao)
SECRETARIA	
INSTITUTO	
<b>Documentação</b>	